

## UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM NO REFERENCIAL CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

**Dr. Adão Aparecido Molina**

Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí

**Dra. Ângela Mara de Barros Lara**

Universidade Estadual de Maringá

**RESUMO:** Este texto discute o Referencial Curricular para a Educação Infantil no contexto das Políticas Educacionais da década de 1990, no Brasil. O objetivo é analisar o conteúdo de linguagem proposto como trabalho didático para crianças de 4 a 6 anos. A apropriação da teoria de Vygotsky pelas políticas neoliberais e sua incorporação às propostas educacionais atuais têm sido motivo de muitas reflexões. Para esclarecer as contradições presentes no processo de produção material da vida humana, desse período, apresentamos as categorias históricas de Marx que fundamentam a concepção materialista da história e de Vygotsky, que utilizou a mesma metodologia

para criar a teoria histórico-cultural da psique humana. Fundamentamos a linguagem nessa teoria e analisamos a concepção de linguagem proposta no Referencial. A análise mostrou que existe uma utilização de parte das ideias de Vygotsky. Entretanto, ele é visto como um autor construtivista. Essa apropriação de parte de suas ideias caracteriza uma ressignificação de conteúdos e uma utilização ideológica de sua teoria. A análise apontou, ainda, na proposta didática com a linguagem falada e escrita, no Referencial, uma aproximação com os conteúdos trabalhados em séries mais avançadas do ensino fundamental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas neoliberais; Políticas educacionais; Infância e Linguagem.

## A REVIEW OF LANGUAGE IN THE CURRICULAR REFERENCE FOR EARLY CHILDHOOD EDUCATION UNDER THE PERSPECTIVE OF HISTORICAL AND CULTURAL THEORY

**ABSTRACT:** This paper discusses the Curricular Reference for Early Childhood Education in the context of educational policies of the 1990s in Brazil. The purpose is to analyze the language of proposed content as didactic work for children 4-6 years. The appropriation of Vygotsky's theory by neoliberal policies and their incorporation to the current educational proposals have been the subject of many reflections. In order to clarify the contradictions that are in the process of material production of the human life, from that period, we hereby present the historical categories of Marx that underlie the materialist conception of history and Vygotsky,

who used the same methodology to create the cultural-historical theory of the human psyche. We based the language on that theory and analyzed the conception of language proposed in Reference. The analysis showed that there is a use of part of Vygotsky's ideas. However, he is accept as a constructivist author. The appropriation of part of his ideas features a redefinition of contents and an ideological use of his theory. The review also pointed to the didactic proposal with the spoken and written language, in the Reference, which is an approach with the contents worked in higher grades of elementary school

**KEYWORDS:** Neoliberal policies; Educational policies; Childhood.



## 1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este texto discute o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil no contexto das Políticas Educacionais da década de 1990, no Brasil. O Referencial faz parte das políticas públicas destinadas à infância no período. É um documento de caráter pedagógico, publicado em 1998 pelo Ministério da Educação e Secretaria de Ensino Fundamental, distribuído a todas as escolas de Educação Infantil credenciadas no país. Questionando a utilização das obras de Vygotsky<sup>1</sup> na elaboração do Referencial, definimos como objeto de análise o conteúdo de linguagem proposto, no documento, como trabalho didático para crianças de 04 a 06 anos na pré-escola.

A apropriação da teoria de Vygotsky pelas políticas neoliberais e pós-modernas e sua incorporação às propostas educacionais atuais têm sido motivo de muitas reflexões. Existem críticas acerca da utilização desse autor e de suas obras de forma ideológica, pelo sistema, através da junção de sua teoria a autores de concepções teóricas diferentes, principalmente àqueles que concebem o aprendizado por meio das interações sociais.

A visão teórico-metodológica que sustenta os pressupostos de nossa análise está pautada na concepção materialista da história, na qual uma sociedade só pode ser conhecida na sua totalidade a partir de seu modo de produção, ou seja, a partir do modo como os seres humanos se organizam socialmente para produzirem a sua vida material. Através dessa organização de base econômica, nasce, também, a organização política, a cultural e a ideológica.

A política é o conjunto dos mecanismos reguladores da totalidade social. Dessa forma, todas as sociedades são políticas e a política está sempre ligada ao modo de produção de cada sociedade. O progresso das forças produtivas traduz-se por uma diferenciação social cada vez mais acentuada. A partir da organização e da divisão social do trabalho, estabelecem-se distinções sociais que tomam a forma de desigualdades entre os indivíduos e os grupos. Consequentemente,



quanto mais complexas se tornam as relações sociais, mais complexas se tornam as organizações políticas.

Marx e Engels (1984, p. 36) afirmam que “a produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real”. Desse modo, ao produzirem a sua vida material, os homens produzem, também, valores, crenças, leis, ciência, conhecimento e educação.

Nessa perspectiva, é impossível falar em educação e infância fora de um contexto histórico e, também, socioeconômico e político. Para tanto, faz-se necessário compreender a economia e a política do Estado capitalista, a partir das ações do governo para a manutenção ou preservação dos interesses políticos num mundo cada vez mais globalizado. Nesse sentido, é importante entender o papel do Estado na sociedade capitalista, explicitando suas funções, para esclarecer por que existem políticas públicas e a que são destinadas numa sociedade democrática e neoliberal.

Os desafios gerados pela globalização<sup>2</sup> às forças políticas estabelecem novos paradigmas em todos os setores da sociedade, inclusive na educação escolar que, pela legislação, na LDB 9394/96, Título I, § 2º, “[...] deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996). Para Ianni (1997, p. 03), “a globalização exerce, hoje, grande influência em todos os setores nacionais desafiando radicalmente a política enquanto prática e teoria”.

Nesse cenário, envolto pelos dilemas da globalização, encontram-se as políticas públicas para a educação e para a infância que no âmbito dos regimes democráticos devem privilegiar as adaptações ao novo modelo globalizado de acumulação do capital.

As políticas públicas sociais são implementadas pelo Estado e têm como objetivo diminuir as desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico nas relações entre capital e trabalho. Entendendo o Referencial



Curricular Nacional para a Educação Infantil como parte das políticas que são destinadas a cuidar e educar as crianças nas instituições de educação infantil, resolvemos analisar o conteúdo de linguagem proposto pelo Referencial para crianças de 4 a 6 anos, sob a luz da teoria histórico-cultural criada por Vygotsky e seus colaboradores, fundamentada na filosofia e na metodologia do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels.

Por conseguinte, o nosso objeto de estudo, neste trabalho, é o programa de linguagem proposto pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, e então perguntamos: Quais as concepções teóricas que fundamentam o conteúdo de linguagem proposto no Referencial? Como as obras de Vygotsky e sua teoria histórico-cultural aparecem nesse documento?

Entendemos que, para um bom desempenho nas atividades propostas pelo Referencial Curricular no ensino e no desenvolvimento da linguagem pela criança, os profissionais da área devem estar preparados, em especial para compreender o teor da proposta pedagógica com a qual trabalharão com as crianças, porque possuem um papel fundamental nesse processo. A criança, operando a realidade sozinha, fora da escola, não teria o mesmo desenvolvimento; o professor funciona como mediador criando zonas de desenvolvimento proximal<sup>3</sup> para a criação dos sentidos e da realidade pela criança.

Dessa forma, este estudo propõe algumas discussões que sirvam de contribuição para que os profissionais envolvidos com a Educação Infantil tenham uma consciência crítica e transformadora. Que compreendam a realidade de seu tempo, valorizando a formação histórica e empenhando-se no trabalho de educador. Que assumam o compromisso de preparar a criança para ser iniciada na alfabetização e na formação de sua cidadania, capaz de entender, de forma crítica, as diferenças que se estabelecem no âmbito das relações sociais numa sociedade de classes com interesses antagônicos.



O trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, partimos do pressuposto que as políticas educacionais, no período, vieram marcadas pela crescente onda da globalização e do neoliberalismo, que influenciaram a economia e a política dos países em desenvolvimento.

As políticas públicas sociais, entre elas as políticas educacionais, são determinadas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. É nesse contexto reformador que surgiu o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, a partir da série Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cuja proposta de trabalho evidencia uma certa consonância com as propostas neoliberais de educação<sup>4</sup>.

Por meio de uma leitura do Referencial, buscamos compreender sua concepção de linguagem e a importância desta para o aprendizado e para o desenvolvimento na infância. Analisando a proposta do Referencial sob os postulados de Vygotsky na teoria histórico-cultural, procuramos esclarecer a utilização de sua teoria nas propostas educacionais atuais, relacionando o seu pensamento socialista e revolucionário com as realidades política e econômica, nas quais o fenômeno da globalização e das políticas neoliberais afasta o homem do conhecimento, distanciando-o, cada vez mais, de sua consciência e da verdade.

## **2 ANÁLISE DA LINGUAGEM DO RCNEI SOB A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**

O Referencial apresenta algumas informações em conformidade com a teoria histórico-cultural, quando considera a criança um sujeito histórico e social, inserida culturalmente, por intermédio da família, na sociedade. A maneira de essa criança relacionar-se com o meio social, sendo modificada e, conseqüentemente, modificando esse meio, também é uma característica do pensamento de Vygotsky. Todavia, a teoria histórico-cultural foi fundamentada nos pressupostos marxistas por intermédio da concepção materialista da história. Vygotsky é utilizado no Referencial a partir de uma concepção construtivista junto



a outros autores que concebem a construção de conhecimentos por meio de interações sociais.

Para Vygotsky (1982; 1989), a criança é um ser prático e social e é protagonista viva da história, da sociedade e da cultura. Na visão desse autor, o conhecimento é resultado das relações sociais que se estabelecem na mediação dos signos culturais histórica e coletivamente produzidos pelos homens. Destarte, para ele, a linguagem é a consequência mais importante do uso desses signos porque é a responsável pelas relações sociais da criança, sendo considerada uma fonte de conhecimento. No entanto, no lugar da mediação das funções psíquicas por meio de instrumentos psicológicos para o desenvolvimento das formas superiores de comportamento, o Referencial utiliza sempre a expressão interação, processo segundo o qual, na visão do Referencial, se dá todo o desenvolvimento da criança.

O Referencial utiliza, ainda, as interações sociais como o centro da formação social demonstrando uma irrelevância em relação à cultura de valor universal, ignorando a importância que ela possui na formação do psiquismo humano. O papel do professor como mediador de conhecimentos, possibilitando o acesso da criança aos conteúdos universais, historicamente produzidos, não aparece no Referencial. Em nenhum momento esse processo de mediação, apontado por Vygotsky como fundamental para o contato da criança com a cultura humana, é considerado. A zona de desenvolvimento proximal também aparece no Referencial de forma descaracterizada, sendo concebida, apenas, como um processo de interação ou de cooperação entre as crianças.

Ao referir-se à linguagem, o Referencial aproxima-se mais uma vez da teoria histórico-cultural, apontando as diferentes linguagens, em especial, a utilização do próprio corpo, pela criança, para comunicar-se, sendo esse um importante instrumento de transição para a linguagem oral. No entanto, ao conceber que o aprendizado se dá por meio das interações que possibilitam a construção das diferentes linguagens, desconsiderando o processo de mediação, chamado por



Vygostsky, mais uma vez, o Referencial descaracteriza a possibilidade de essa linguagem estar fundamentada na teoria vygotskyana pura. Nessa perspectiva, o Referencial revela uma forte tendência para concepções construtivistas ou sociointeracionistas da linguagem.

Há uma frequente valorização, no documento, da interação entre pares, ignorando o papel do professor e da escola na transmissão do conhecimento. Outro termo frequentemente utilizado no documento é “construção de conhecimentos”. A predominância dessa terminologia caracteriza a presença constante de uma concepção construtivista na educação infantil.

A proposta de trabalho com a linguagem oral<sup>5</sup>, para crianças de 4 a 6 anos no Referencial, está muito próxima das teorias sócio-interacionais da linguagem na linguística textual<sup>6</sup>, que concebe a produção da oralidade como atividade interacional de sujeitos sociais. Da mesma forma, as práticas de leitura e escrita<sup>7</sup>, propostas no Referencial, revelam uma concepção interacionista da linguagem, aparecendo, inclusive, citado na bibliografia do documento, o livro de Geraldini (1987)<sup>8</sup>. Nessa perspectiva, o trabalho proposto para crianças de 4 a 6 anos caracteriza uma proximidade com aquilo que é feito nas séries mais avançadas do ensino fundamental.

Cerisara (1999, p. 31), após a leitura de vários pareceres elaborados por diferentes grupos de pesquisadores ligados à ANPEd, afirma que, segundo os pareceristas, a visão de linguagem que aparece no Referencial é fundamentada na psicologia e a concepção teórica é o “construtivismo socialmente determinado”. A autora afirma, ainda, que é uma psicologia cognitiva de base piagetiana. Na visão dessa autora, essa teoria leva a uma abordagem eclética misturando autores de diferentes concepções, por vezes conflitantes, mal interpretadas, reduzidas ou descaracterizadas que acarretam contradições ou dificuldades na sua compreensão, atingindo diretamente a lógica do Referencial.



Recorremos, então, a Duarte (2000, p. 02) para explicar que a teoria de Vygotsky tem sido apropriada e utilizada de maneira ideológica para a manutenção da hegemonia burguesa, sendo incorporada ao universo ideológico neoliberal e pós-moderno. Conforme entende esse autor,

A aproximação entre as ideias vigotskianas e as ideias neoliberais e pós-modernas não pode ser efetuada sem um grande esforço por descaracterizar a psicologia desse autor soviético, desvinculando-a do universo filosófico marxista e do universo político socialista. Esse esforço é realizado de diferentes maneiras, das quais podemos destacar duas que, embora distintas, não são necessariamente excludentes: 1) aproximação entre a teoria vigotskiana e a concepção psicológica e epistemológica interacionista-construtivista de Piaget; 2) interpretação da teoria vigotskiana como uma espécie de relativismo culturalista centrado nas interações linguísticas intersubjetivas, bastante a gosto do niilismo pós-moderno.

Na visão desse autor, a utilização da obra de Vygotsky por ideários pedagógicos sustentados no lema “aprender a aprender” é articulada pela sociedade capitalista contemporânea, regida pelo mercado, por meio da ideologia neoliberal como um discurso pós-moderno que descaracteriza a possibilidade de transformação política consciente da totalidade social, não proporcionando a emancipação humana. “As pedagogias centradas no lema ‘aprender a aprender’ são antes de mais nada pedagogias que retiram da escola a tarefa de transmissão do conhecimento objetivo, a tarefa de possibilitar aos educandos o acesso à verdade” (DUARTE, 2000, p. 05).

Para o autor, a contradição existente na sociedade capitalista hoje está presente, também, na educação escolar e surge do desenvolvimento frequente e cada vez mais socializado das forças produtivas, da apropriação privada dos meios de produção e dos resultados (produtos) dessa produção.

A produção e a reprodução material da existência social exigem, daqueles que participam no processo produtivo, o aumento do conhecimento e o aperfeiçoamento intelectual. Todavia, a automação diminui o número de trabalhadores necessários a essa produção, ocasionando uma quantidade, cada



vez maior, de excluídos, possibilitando a exploração daqueles que estão nos postos de trabalho.

O que Duarte (2000) explica é que o grande desafio das classes dominantes é proporcionar aos trabalhadores essa capacitação ou elevação do nível intelectual, sem, contudo, possibilitar que o domínio desse conhecimento venha a transformar-se em instrumento de luta por uma mudança radical nas relações de produção.

Dessa forma, para manter a hegemonia sobre a sociedade, a classe dominante lança estratégias para conseguir o apoio e a adesão da população ao projeto político e econômico, levando-a a acreditar que não existe outro caminho para a humanidade a não ser o do neoliberalismo e do mercado globalizado.

Duarte (2000, p. 06) concebe que, para que a população mundial excluída não produza violência, nem aumento da criminalidade comprometendo a estabilidade política e econômica indispensável à reprodução do capital, são desenvolvidas “campanhas educativas”, a baixo custo, principalmente sobre saúde e alimentação, causando a sensação de que as condições de vida da população estão melhorando.

Para que essas campanhas obtenham resultado, é necessário que grande parcela da população mundial saia do analfabetismo, tornando-se capaz de assimilar essas informações e aplicá-las, sem, contudo, sofrer grandes alterações no seu cotidiano. Por esse motivo justifica-se a necessidade da eliminação do analfabetismo. Nesse sentido, é que as classes dominantes exercem o controle sobre o tipo de conhecimento que pode ser difundido, para quem e sob quais condições, mantendo a população sob um nível de consciência que possa ser facilmente e ideologicamente manipulado, permitindo “[...] que essa população disponha de ferramentas intelectuais mínimas indispensáveis ao processo de sua adaptação à vida social” (DUARTE, 2000, p. 07).



Assim, todas essas contradições que se refletem também na educação escolar acabam se transformando na difícil tarefa da classe dominante de administrar a população capitalista, no final do século XX, mantendo-a sob controle.

Duarte (2000, p. 07) esclarece:

De um lado é preciso manter a população em níveis intelectuais que permitam o controle de suas necessidades e aspirações e, por outro lado, é preciso fornecer a uma parcela dessa população uma educação de um nível intelectual mais elevado e mais complexo, que permita a reprodução da força de trabalho, além, é claro, da necessidade de formação altamente qualificada das elites intelectuais que têm a tarefa de tentar gerenciar o processo econômico e político do capitalismo contemporâneo.

Para o autor, o núcleo que define o lema “aprender a aprender” consiste na desvalorização da transmissão do saber objetivo, diminuindo o papel da escola na transmissão desse saber e descaracterizando o papel do professor como detentor de um saber a ser transmitido aos seus alunos, negando o ato de ensinar. Nesse sentido, esse lema, “[...] é a forma alienada e esvaziada pela qual é captada, no interior do universo ideológico capitalista, a necessidade de superação do caráter estático e unilateral da educação escolar tradicional, com seu verbalismo, seu autoritarismo e seu intelectualismo” (DUARTE, 2000, p. 08).

O autor considera, ainda, que o lema “aprender a aprender” prega que a tarefa de transmitir o saber objetivo não cabe à escola, mas que a esta cabe o papel de “[...] preparar os indivíduos para aprenderem aquilo que deles for exigido pelo processo de sua adaptação às alienadas e alienantes relações sociais que presidem o capitalismo contemporâneo” (DUARTE, 2000, p. 09). Dessa forma, fica caracterizado o esvaziamento do conteúdo da educação escolar provocando uma crise cultural na sociedade atual.

Em relação aos conteúdos escolares, a pedagogia histórico-crítica sustenta que a escola deve propiciar a todos o saber objetivo, que é historicamente produzido no intuito de superar as diferenças sociais existentes. Entretanto, a



sociedade contemporânea, conhecida como a sociedade do conhecimento, não possibilita a real socialização do saber.

Saviani (1991, p. 21-22) explica:

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta de formas mais adequadas para atingir esse objetivo. [...] Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.

É a esse conhecimento objetivo que Vygotsky se refere quando discute o aprendizado escolar na infância, afirmando que o aprendizado escolar produz algo essencialmente novo no desenvolvimento da criança. Para ele, a educação, por meio da linguagem, define o domínio dos signos psicológicos na criança, possibilitando a autorregulação de seu comportamento, a compreensão da realidade e a formação de sua consciência.

Duarte (2000, p. 11) defende a necessidade de uma leitura marxista da obra de Vygotsky, opondo-a às leituras neoliberais e pós-modernas que a agregam aos ideários pedagógicos, reproduzindo a ideologia da classe dominante no meio educacional. Em sua visão, essa ideologia neutraliza o papel que o pensamento de Vygotsky teria no desenvolvimento “[...] de uma concepção educacional marxista, articulada a uma concepção política socialista”.

Na percepção do autor, no meio educacional brasileiro existe uma interpretação, no plano pedagógico, de que o caráter social de conhecimento em Vygotsky se reduz apenas às interações interpessoais, principalmente nas interações entre pares. Dessa forma, o social da teoria histórico-cultural é incorporado ao construtivismo complementando outras teorias como a de Piaget<sup>9</sup>, nas quais “o social ficaria em segundo plano. Isso caracteriza um [...] desconhecimento do que seja a concepção marxista do homem como ser social e



do que seja a concepção vigotskiana do caráter sócio-histórico da formação do indivíduo humano” (DUARTE, 2000, p. 19).

Shuare (1990) esclarece que coube a Vygotsky o mérito de ser o primeiro a aplicar o materialismo dialético e histórico à ciência pedagógica, provocando uma verdadeira revolução na psicologia. Segundo ela, o tempo no qual viveu o autor coincidiu com o período histórico e revolucionário em que ocorreram transformações nas diferentes esferas da vida, nas relações sociais, na economia, na política, na poesia, no teatro e nas ciências de seu país.

Na visão dessa autora, o eixo que, por meio de uma espiral dialética, organiza todos os demais conceitos na obra desse psicólogo russo é o historicismo. Conforme ela escreve, Vygotsky introduz a psique no tempo, esclarecendo que o tempo define a essência da psique humana. Ela aponta, ainda, que para esse psicólogo o tempo humano é a história, é o processo do desenvolvimento da sociedade que se entende por intermédio da atividade produtiva das pessoas e dos objetos criados pelo trabalho que constituem os elementos da cultura.

Nosella (2002, p. 158), discutindo sobre o socialismo investigativo, afirma que alguns pesquisadores do Instituto de Psicologia de Moscou marcaram, na segunda metade do século XX, os principais estudos socialistas sobre o âmbito da educação infantil.

Entre eles, destaca-se o nome de Lev Semonovic Vygotsky. Este psicólogo russo foi marcado pelo pensamento revolucionário socialista; suas pesquisas buscavam, em última instância a construção do “homem novo” comunista. Sua referência científica e imediata eram os estudos de Jean Piaget, mas seu horizonte ético-político era o socialismo. Estudou a problemática das crianças portadoras de deficiência e também a aprendizagem escolar em geral. Suas conclusões, além das de Piaget, reforçaram a centralidade da criatividade no processo evolutivo infantil.

Nosella (2002) aponta, ainda, os nomes de Luria e Leontiev como importantes nos estudos da natureza sócio-histórica do psiquismo humano, da pedagogia, dos brinquedos e dos programas de formação das crianças na escola única.



A partir dos argumentos já expostos, acreditamos que a teoria histórico-cultural não pode ser utilizada em um documento que traz consigo outras teorias que comportam a ideologia dominante do sistema capitalista, haja vista que a teoria de Vygotsky não pode ser compreendida fora de um contexto histórico e de caráter socialista.

O que ocorre, de fato, é que há uma utilização de parte das ideias do autor com um novo significado, ou seja, uma adequação de sua teoria no sentido de completar outras teorias de base construtivista ou sociointeracionista. Isso ocorre no Referencial quando as ideias de Vygotsky são utilizadas junto a concepções teóricas de outros autores, recebendo uma nova interpretação. Dessa forma, o autor e sua teoria, embora pareçam provocar no documento uma ideia de educação transformadora, perdem o caráter revolucionário passando a sustentar uma educação de caráter ideológico no capitalismo neoliberal.

Essa ressignificação ou ressemantização de conteúdos feitas na teoria histórico-cultural permite a junção de ideias de vários autores, privilegiando o aprendizado a partir das interações sociais e descaracterizando o caráter de educação e de política socialistas, tão objetivadas pelo autor ao fundamentar sua teoria psicológica no materialismo histórico e dialético.

Essa utilização indevida da teoria de Vygotsky afasta os indivíduos da sua consciência real e da verdade, sendo justamente contrária àquilo que o autor tentou demonstrar, que é a origem histórica da consciência humana. Dessa forma, fica caracterizado que a linguagem no Referencial mantém as contradições presentes na sociedade capitalista, reproduzindo as relações sociais de produção, isto é, os interesses do capitalismo.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de discutir o Referencial no contexto das políticas públicas para a infância no Brasil foi impulsionada, a princípio, pelo fato de as obras de Vygotsky



estarem relacionadas entre o material teórico possivelmente utilizado na elaboração do Referencial. Dessa forma, fez-se necessário contextualizar o Referencial no momento histórico em que os efeitos da globalização e da mundialização da economia acarretaram profundas transformações nas relações sociais e no mundo do trabalho, que passou a atender às novas especificidades do mercado globalizado, que vão além das fronteiras nacionais.

A redefinição do papel do Estado, nesse momento, gerou uma desregulamentação na economia que implicou numa mudança radical na prestação de bens e serviços, antes promovidos pelas empresas públicas estatais e pelas políticas públicas sociais, que passaram a ser implementados no livre mercado e a suprir as necessidades da população de forma mínima.

Discutir a educação pública, nesse contexto, é buscar a compreensão das ideologias subjacentes na totalidade social, é entender que as políticas educacionais, nesse período, ao serem administradas pelo Banco Mundial, desenvolveram-se na esfera do poder internacional, contemplando, assim, ao novo modelo globalizado de acumulação do capital.

A análise desenvolvida com o conteúdo de linguagem proposto no Referencial mostrou que o documento comporta uma visão de linguagem fundamentada na psicologia piagetiana e a concepção teórica é o “construtivismo socialmente determinado”. Mostrou, também, que existe uma utilização de parte das ideias de Vygotsky. Entretanto, sua teoria histórico-cultural é desconsiderada; ele é visto como um autor construtivista.

Essa apropriação de parte de suas ideias caracteriza uma ressignificação de conteúdos e uma utilização ideológica de sua teoria no sentido de representar que o documento fundamenta uma educação que possibilita a superação das desigualdades sociais, ou seja, a superação da alienação do homem pelo próprio homem na hierarquia social. A análise apontou, ainda, na proposta didática com a linguagem falada e escrita, no Referencial, uma proximidade com as teorias da



linguística interacionista, aproximando a educação infantil daquilo que é trabalhado em séries mais avançadas do ensino fundamental.

Sobre a apropriação e a incorporação da teoria de Vygotsky ao universo ideológico neoliberal, verificamos que é uma estratégia utilizada para manter a hegemonia burguesa na sociedade capitalista contemporânea, retirando da escola a tarefa de transmitir o conhecimento objetivo e a tarefa de possibilitar aos educandos o acesso à verdade.

O consenso sobre as transformações sociais é alcançado perante um exercício linguístico que permite articular conteúdos e concepções teóricas de acordo com as necessidades dos novos paradigmas da educação desejada para o país. As novas propostas educacionais portadoras de ressignificação causam a impressão de que os padrões educacionais existentes são obsoletos e assim criam-se, por meio delas, novas formas de controle e de regulação das massas, não permitindo nenhuma mudança radical na totalidade social.

Nessa perspectiva, ressignificar a teoria de Vygotsky adequando-a às propostas educacionais atuais significa ideologicamente considerar que as relações capitalistas de produção que se baseiam, sobretudo, nas diferenças sociais e nas classes já condicionadas pela divisão do trabalho são eternas, satisfatórias e que não necessitam transformar-se, pois os indivíduos têm liberdade e oportunidade no livre mercado para se realizarem e não há outro caminho para a humanidade a não ser o do livre mercado e o do mundo globalizado.

Por conseguinte, a política neoliberal neutraliza o papel que o pensamento de Vygotsky teria no desenvolvimento de uma concepção de educação marxista, relacionada a uma concepção política socialista. Sobre essas intenções ideológicas do neoliberalismo, Duarte (2000, p. 10) propõe que:

[...] a resistência ativa deve enfrentar todas as medidas que buscam impedir a escola de realizar seu papel de socialização do domínio do saber objetivo nas suas formas mais desenvolvidas. Assim, contra uma educação centrada na cultura presente no cotidiano imediato dos alunos que se



constitui, na maioria dos casos, em resultado da alienante cultura de massas, devemos lutar por uma educação que amplie os horizontes culturais desses alunos; contra uma educação voltada para a satisfação das necessidades imediatas e pragmáticas impostas pelo cotidiano alienado dos alunos, devemos lutar por uma educação que produza nesses alunos necessidades de nível superior, necessidades que apontem para um efetivo desenvolvimento da individualidade como um todo; contra uma educação apoiada em concepções do conhecimento humano como algo particularizado, fragmentado, subjetivo, relativo e parcial que, no limite, negam a possibilidade de um conhecimento objetivo e eliminam de seu vocabulário a palavra verdade, devemos lutar por uma educação que transmita aqueles conhecimentos que, tendo sido produzidos por seres humanos concretos em momentos históricos específicos, alcançaram validade universal e, dessa forma, tornam-se mediadores indispensáveis na compreensão da realidade social e natural o mais objetivamente que for possível no estágio histórico no qual encontra-se atualmente o gênero humano. Sem esse nível de compreensão da realidade social e natural, é impossível o desenvolvimento de ações coletivas conscientemente dirigidas para a meta de superação da sociedade capitalista.

Finalizando, espera-se, por intermédio desta pesquisa, abrir precedentes para novos questionamentos em torno das políticas públicas destinadas à educação e à infância de nosso país, refletindo o compromisso social daqueles que acreditam que, por intermédio da educação, pode-se interferir na realidade social e lutar por uma sociedade mais justa.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Documento Introdutório. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 1.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Formação Pessoal e Social. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 2.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Conhecimento de Mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998. v. 3.

CERISARA, Ana Beatriz. A produção acadêmica na área de educação infantil a partir da análise de Pareceres sobre o Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; PALHARES, Marina Silveira (Orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados; São Carlos: UFSCar; Florianópolis: UFSC, 1999. p. 19-49.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. Cascavel: Assoeste, 1987.

IANNI, Octávio. A Política mudou de lugar. In: **Revista da fundação SEAD**. São Paulo em Perspectiva. v.11, n. 3, p. 3-7, jul./set. 1997.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feurbach)**. 4. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 15-77.



NOSELLA, Paolo. **A linha vermelha do planeta infância:** o socialismo e a educação da criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002. p. 129-163.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1991.

SHUARE, Marta. **La psicología soviética tal como yo la veo.** Moscú: Editorial Progreso, 1990.

VYGOTSKI, Liev Semiónovich. Pensamiento y lenguaje. In: \_\_\_\_\_. Obras Escogidas II. Madrid: Visor, 1982. p. 5-347.

\_\_\_\_\_. **A formação social da mente.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

---

<sup>1</sup> O nome do autor aparece escrito de diferentes formas, dependendo dos tradutores ou intérpretes de suas obras. Optamos por utilizar a forma Vygotsky comumente encontrada nas traduções. Entretanto, o leitor poderá encontrar, neste texto, pequenas exceções nas quais mantivemos, em algumas citações ou notas, a grafia utilizada no texto original citado.

<sup>2</sup> Nesta pesquisa, refere-se às influências que os países dominantes, no âmbito do capitalismo, por intermédio de órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD) exercem na economia e nas políticas dos países em desenvolvimento (Veja-se: Ianni, 1997).

<sup>3</sup> Para compreender a zona de desenvolvimento proximal é preciso determinar dois níveis de desenvolvimento na criança. Primeiro o nível de desenvolvimento real, que representa as funções mentais da criança já completas, capacitando-a para realizar sozinho operações mentais. O segundo é o nível de desenvolvimento potencial, que seria aquilo que a criança consegue fazer com a ajuda de um adulto ou de outra criança.

<sup>4</sup> Ver: DUARTE, Newton. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2000, p. 71-90. No segundo capítulo dessa obra o autor procura evidenciar que o universo ideológico no qual estão inseridas as proposições pedagógicas presentes nos PCNs é o universo neoliberal e pós-moderno.

<sup>5</sup> Veja-se: (RCNEI, v. 3, p. 136-140).

<sup>6</sup> Sobre essa discussão, ver: KOCH, Ingedore Villaça. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1999. Ver também: \_\_\_\_\_. A interação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1992.

<sup>7</sup> Veja-se: (RCNEI, v. 3, p. 140-150).

<sup>8</sup> Veja-se: GERALDI, João Wanderley (Org.). O texto na sala de aula. Cascavel: Assoeste, 1987. Esse livro reúne vários artigos de diferentes autores sobre o ensino de língua e literatura através de leitura, escrita e produção de textos em sala de aula, privilegiando a interação entre locutor e ouvinte.



<sup>9</sup> Veja-se o capítulo 6 da obra: DUARTE, Newton. Vigotski e o “aprender a aprender”. Nesse capítulo, Duarte defende a tese de que a Psicologia Piagetiana é sociointeracionista e que estudando melhor esse autor descobre-se, nele, aquilo que muitos educadores e psicólogos buscam em Vygotsky para complementar sua teoria.

Recebido em: 11/05/2016

Aprovado em: 16/04/2018

